



## **REFLEXÕES SOBRE AS CONVERGÊNCIAS DA MULHER NEGRA NO DIREITO A SABER, FAZER E SENTIR: ENVOLVIMENTOS E RESISTÊNCIA PELA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

### ***REFLECTIONS ON THE BLACK WOMAN CONVERGENCE IN THE RIGHT TO KNOW, TO DO AND TO FEEL: INVOLVEMENTS AND RESISTANCE FOR FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY***

Lizia de Oliveira Carvalho<sup>46</sup>

Noeci “Noho” Homero<sup>47</sup>

Saquina Filimone Mucavele<sup>48</sup>

#### **ABSTRACT**

In this paper we review theoretical discussions about food and nutritional sovereignty and security, through the participation of black women, especially the Network of Black Women for Sovereignty and Food and Nutrition Security - REDESSAN and the countries of Community of Portuguese-speaking Countries (CPLP). From a transdisciplinary approach the notions of gender, black and decolonial feminism and their articulations with human rights. To deepen these discussions, we conducted an interview with Saquina Mucavele, belonging to the Mozambican organization MuGeDe (acronym of Women, Gender and Development, in portuguese) in which she reports on the situation of urban and rural black women, paralleling the brazilian black women. Understanding the complexity of these movements is of fundamental importance for them to be recognized on the agenda of fighting for the human rights of black women.

#### **RESUMO**

Neste trabalho revisamos discussões teóricas acerca da soberania e segurança alimentar e nutricional, através da participação de mulheres negras, em especial da Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – REDESSAN e dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A partir de um enfoque transdisciplinar as noções de gênero, de feminismo negro e decolonial e suas articulações com os direitos humanos. Para o aprofundamento destas discussões, realizamos uma entrevista com Saquina Mucavele, pertencente a organização moçambicana MuGeDe - Mulher, Gênero e Desenvolvimento, em que relata a situação das mulheres negras urbanas e rurais, fazendo um paralelo com as mulheres negras brasileiras. Compreender a complexidade destes movimentos é de fundamental importância para que estes sejam reconhecidos na agenda de luta pelos direitos humanos das mulheres negras.

#### **KEYWORDS**

Black Women; Sovereignty; Food and Nutrition Security; Development

---

<sup>46</sup> Doutoranda em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás: lizia.ocarvalho@gmail.com

<sup>47</sup> Bacharela em Biblioteconomia, Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Redessan): no.homero@hotmail.com

<sup>48</sup> Bacharel em Sociologia, MuGeDe - Mulher, Genero e Desenvolvimento (Mulheres, Gênero e Desenvolvimento) – Moçambique: muggede@gmail.com



## PALAVRAS-CHAVE

Mulheres Negras; Soberania; Segurança Alimentar e Nutricional; Desenvolvimento

## Introdução

A luta pela emancipação da mulher negra não tem por finalidade apenas formar mulheres seguras, capazes e brilhantes, que visem com isto adquirir privilégios individuais. Essas conquistas são como veículos para gerar transformações na vida da população negra.

Pedrina de Deus<sup>49</sup>

Sem sapatos, mas com muito chão... Havia certa consciência no ar de que no futuro talvez as coisas melhorassem, mas nem por isso as pessoas negras deixaram de lutar e buscar este lugar.

Denize Ribeiro<sup>50</sup>.

Se a nossa força é a palavra, só tem uma forma de exercer o diálogo: abrir o diálogo para os que não puderam ainda falar, nem ser ouvidos. Que nosso diálogo seja provocador de outros diálogos.

Iradj Egrari, Comunidade BAHA'I

Este texto escolhe usar a boca como principal instrumento de interação com o mundo (visto ou sentido). Aqui, tudo o que se diz parte de um corpo se traduz na boca e seus chamados. São palavras para serem contadas, não somente lidas. Porque não é com livros de receita, programas de televisão ou compêndios científicos que re-existem as filhas da diáspora africana, desde a invenção das raças como ferramenta de dominação colonial (SEGATO et al., 2016). Falamos de estratégias de sobrevivência, mas, profundamente, da ladinidade (GONZALEZ, 1988) em transformar o necessário para continuar naquilo que sobra, que dá chance de amanhã à vizinha. Que, pela certeza da próxima vizinha integrada à rede de sabores, as fórmulas complexas de combinação do que se pode comer serão tornadas vivas na história de cada prato. Aqui não é preciso de garfo para saber comer: é preciso saber comer (HUARACHI, 2011), é preciso saber quem come, é preciso sentir o que se come.

Falaremos de uma ocupação política sofisticada, das quais as mulheres são inquestionáveis guardiãs. Em cada apimentar, reinvenção/testagem das raízes, folhas e frutos

---

<sup>49</sup> Citada em FERREIRA, Carmen Dora. A mulher negra na construção do Brasil. São Paulo: Observatório do Terceiro Setor, 2014.

<sup>50</sup> Denize de Almeida Ribeiro Coordenadora de Políticas Afirmativas - PROPAAE/UFRB Professora do Centro de Ciências da Saúde - CCS/UFRB



emergem as escolhas das conversas possíveis e permitidas. Porque mesmo nos novos gostos existe uma lealdade reverencial que legam há pelo menos um Atlântico de vidas. Que se faz cantando, sorrindo, lamentando, mas não se permite fazer somente pensando em como conseguir, juntar e guardar mais do que o imprescindível para continuar, nesses atos proféticos, comendo juntas.

Então, daquilo que chamam *Segurança Alimentar* nos consensos internacionais, reconhecemos a tradução de uma conquista política sobre a Modernidade (LOJO; MIRANDE; PALERMO, 2016). A colonialidade do comer e a decolonialidade de comer como sabemos. Falamos de uma luta que é mais profunda que o direito a ter algo para comer, mas para contestar a ideia de que somente alguns (os que seguem os jeitos de fazer ração com aquilo que o patrimonialismo vende) podem escolher o que comer. Inclusive de dizer não ao que parece ser mais um jeito de moer venenos para esquecer gentes e coisas. Afinal, fazer esquecer com intencionalidade é o caminho racional de des-envolver (SILVA CARVALHO; RAMOS JÚNIOR, 2017). Falamos da Segurança Alimentar e Nutricional que só se aceita envolvida com quem está por perto e se faz ver. Uma co-inspiração para comer como ato revolucionário. Comer como sabemos porque não se quer este progresso focado na própria barriga cheia. Barriga cheia, e enchida com minha própria história, é um ato político alternativo ao desenvolvimento.

E não há propaganda de quem vende soja processada que possa superar o boca-a-boca que aqui compartilhamos. É um escrito que sai da fala de quem escolhe ser ativa: somos mulheres negras, que ainda podem ter parcialmente esse tal direito de escolha, mas que levam consigo a sacralidade de estender a possibilidade de optar por outros caminhos a outras mulheres negras. Usaremos, então, a voz no plural e devidamente identificada, porque é um manifesto coletivo, como o de Rosa Parks, que ao se manter sentada aceitou representar todas as que foram obrigadas a levantar. Somos nós aqui e esse livro também é nosso (BRANDÃO, 2016). Não abriremos mão de indisciplinar a disciplina que nos desmobiliza (WALSH; SCHIWY; CASTRO-GÓMEZ, 2002). E acreditamos que os cientistas sociais e humanos que inspiraram algumas destas sensações, por se comprometerem com a mensagem fundamentalmente, compreenderão que nem sempre poderão ser aludidos diretamente.



Compartilhemos... Quando se fala em segurança alimentar e nutricional, é importante apontar para os conceitos fundamentais que vêm direcionando as estratégias de ação para essa ocupação. *Segurança alimentar* é a garantia do acesso de todas as pessoas a alimentos adequados, em quantidade suficiente e seguros em termos nutricionais (qualidade, quantidade e variedade) para uma vida ativa e saudável. *Soberania alimentar* é o direito que as pessoas, comunidades e países têm para definir suas próprias políticas agrárias, agrícolas, de trabalho, de pesca e de alimentação, que sejam ecológica, social, econômica e culturalmente apropriada a seus específicos contextos. E é neste contexto e a partir da importância de se articular estas questões, surge a REDESSAN – Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - da primordialidade de constituição de espaço para mulheres negras discutirem ações voltadas para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da população negra, resgatando e preservando os padrões alimentares e culturais da tradição afro-brasileira. A Rede foi fundada em 21 de março de 2005, e, desde então, vem atuando para o aprofundamento da reflexão, debate, formulação de propostas, troca de experiências e a articulação para ações que resulte em políticas públicas, realizando ações de *advocacy* e fortalecendo, assim, seu crescimento em nível local, nacional e internacional.

Obviamente, a cada montagem de direitos conquistados, há desproporcionalmente o desmonte de sua viabilidade. Na contra-mão do alcançado, o modelo de consumo existente no mercado descreve o alimento como um negócio de *commodities*. O *pop* desse mantra é comandado por grandes indústrias, muitas dissolvidas na internacionalização dos fluxos financeiros e a grande maioria na ponta das linhas de titeragem do Estado. Grãos tornados primeira necessidade ocupam as terras que tudo dariam para caber nos contêineres de exportação, com vistas ao maior lucro. O mercado interno é subjugado pela covardia sistêmica da menor demanda comercial, a competição dos preços que são desenhados para não cobrir o que é tão apregoado como liberdade e felicidade. O agronegócio – e os agrotóxicos que se vestem de defensivos porque são a linha de frente da guerra contra os ciclos ecológicos – as monoculturas e o latifúndio impedem a diversificação de culturas, plantadas ou vividas (ESCOBAR, 2010). Impossibilitam o sentido racionalista e legalista da certificação e titulação de terras, que se fundem às comunidades porque entram nas unhas, não pelo amarelamento de papéis que somente alguns têm acesso para fazer, validar e



preencher. A industrialização dos alimentos, ou a maquinização do descarte de tudo que não for binário e acumulativo, desrespeita saberes, intenciona e provoca a perda de práticas tradicionais, cosmovivências epistemicamente diversas. Com um aparato de persuasão atento ao que pode seduzir, a mídia, como investimento destes grandes reprodutores, induz a hábitos alimentares em que não importa o quão saudáveis e possíveis são, e com riscos ignorados à saúde da população.

É inegável e atestada pela História do Brasil a participação intensa das mulheres negras nas atividades da definição do que é o país no contexto econômico, político e social do sistema mundo. Mesmo protagonista em que esses indicadores de existência na Modernidade se desenham (no trabalho, poder, ser, saber, gênero e natureza), a mulher negra ainda é a principal vítima na intersecções da opressão, na discriminação e de violação banalizada de seus mais básicos direitos humanos, em especial à igualdade, liberdade, soberania e dignidade (SEGATO, 2006). Segundo Carmen Dora Ferreira “caminhamos para a conquista de direitos sociais e efetiva participação na sociedade e na administração pública em todos os seus níveis. Mas a igualdade de oportunidade para a mulher negra ainda não está plenamente contemplada nessa ascensão”.

A história de luta das mulheres negras por igualdade de direitos vem de muito longe. Refletindo sobre a função deste artigo como um chamado à ação, priorizamos articular visibilidades à atuação das mulheres negras impactadas pela lógica desenvolvimentista, principalmente em sua luta pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Pensamos o quanto é importante elencar os obstáculos para a igualdade de gênero e relatar as propostas e mecanismos que nós, mulheres negras, vivemos no bojo dessas violências e reagindo criativamente a elas (RIVERA CUSICANQUI, 2010). Ao relatar abusos e reafirmar ações que assegurem seus direitos e visibilizem a atuação das mulheres negras do campo, da cidade, das florestas e das águas, fortalecemos uma agenda que se espalha por outras dimensões da concepção de ser mulher neste contexto global, como a identidade de gênero, a questão geracional, orientação sexual, entre outras.

Aliás, é importante salientar que o fortalecimento da autonomia econômica e produtiva está em assegurar a garantia dos nossos direitos, mesmo que essa ferramenta não consiga traduzir todas as complexidades dos desrespeitos e silêncios que perpetua. As



discriminações e o racismo são fortes obstáculos à apropriação do Direito de ter direitos. É um grande desafio enfrentar à violência, ao racismo, sexismo e a lesbofobia porque se mantém em nossa própria emancipação pessoal e entram a autonomia conquistada. Angela Davis, em Salvador, emocionando a todas na Universidade Federal da Bahia, em julho de 2017, manifesta (como um manifesto mesmo): *“quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde elas se encontram e muda-se a base do capitalismo”*.

Considerando a contribuição de nós, mulheres negras, na construção de uma sociedade que se marca pela tentativa de invisibilidade desse agir, é de fundamental importância criar espaços seguros, comprometidos com os avanços que estão sendo conquistados. Por isso, não abriremos mão da garantia dos direitos humanos, da inclusão social justa com a realidade desigual, da convergência de padrões de vida em sentir a necessidade de estender as mãos e lutar pela igualdade em poder fazer escolhas.

A desigualdade e outras formas de discriminação violam os padrões locais de justiça, porque são tolerados estatisticamente pelo universalismo dos direitos humanos (BARBOSA, 2013). Este processo de sublimação do potencial construtivo das mulheres negras, da população negra, são aliás, um atentado ao bem viver de todo o sistema. Avançar na construção de alternativas ao estabelecido e normalizado implica incorporar as dimensões nem sempre vistas, logo, de reconhecer a importância que temos na proposição destas respostas.

Acumulamos conhecimentos e experiências privilegiadas em áreas estratégicas para a promoção de direitos, especialmente de poder e saber comer. Apesar do número de mulheres negras que participam no processo decisório de organizações públicas ser limitado, destacamos, pelo tom da provocação ensejada por este livro, as organizações da sociedade civil de mulheres negras. A condição cultural de responsabilidade exclusiva da identidade feminina com o cuidado de um padrão familiar, além da pressão para que o mantenha abnegadamente, é de forma paradoxal, um ponto de união entre diferentes formas de existir. É estratégico que estas experiências, precipitadoras de uma empatia geradora, circulem e se retroalimentem pelas experiências locais das organizações. Isso implica respeitar as



diferenças entre as mulheres, as demandas específicas de cada segmento, que não podem ser silenciadas pela eleição ou imposição de uma noção única de satisfação.

Implica costurar as atuações históricas acumuladas para criar lugares que priorizem as boas-vindas e o abraço, mas que não perca do foco das *trampas* (ESCHENHAGEN, 2015) inscritas nos argumentos e dogmas que mais se envolvem em manter o sistema de iniquidades de poder e gênero que em enfrentá-los decisivamente. Referimo-nos às ideias de cidadania e sustentabilidade, que para além de rótulos bem construídos, legitimam um público majoritário ou ações emergenciais falseadas, incoerentes com os desafios de sua inexistência à maior parte da população mundial. Muitas dessas omissões na construção de cidadanizar ou desenvolver sociedades sustentáveis são pautas do feminismo negro, da economia feminista (ALVARADO, 2016; LEÓN, 2008) e das perspectivas de mulheres quilombolas, ligadas a religiões de matriz africana e que discutam as profundidades das formas de amar e sentir.

Não há como afastar o envolvimento de mulheres negras das águas, florestas, campo e cidade e suas articulações aos debates sobre os paradigmas do desenvolvimento (ESCHENHAGEN, 2015), porque seus efeitos se manifestam visivelmente em suas pautas e preocupações. A elaboração de estratégias emancipatórias para reconhecimento da cultura alimentar como patrimônio imaterial e material no caso brasileiro precisam estar no cerne do enfrentamento ao racismo pelas organizações, portanto, há uma convergência de lutas, pois são oriundas da própria vivência e engajamento ligadas ao cultivo e comercialização de alimentos: uma prática que se atualiza porque não se afasta da vida das protagonistas.

As populações mais empobrecidas e vitimadas com a concentração de riquezas são alimentadas pelo trabalho de mulheres negras, no Brasil, considerando serem arrimos da maior parte das famílias em vulnerabilidade social nas periferias metropolitanas ou áreas rurais. Esse indicador também denuncia que, além da atuação ativa na agricultura e na alimentação, somos igualmente as mais afetadas pela fome. De acordo a Siliprandi (2013), a desnutrição é maior na população negra. No Brasil, se estende às mulheres quilombolas. Deste fato está consolidado a premência de diálogos horizontais e, repetimos, emancipatórios, que não dependam de suporte continuado, mas sensível à gravidade das emergências (como a fome), com segmentos representativos da população impactada nas



discussões, formação e troca de experiências sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. O debate restrito às universidades é insuficiente para que se instrumentalizem em ações que realmente modifiquem os pontos mais delicados e urgentes desse processo. O resgate, preservação e salvaguarda das aprendizagens alimentares e culturais que remetem à ancestralidade africana estão inerentemente conectados.

Ao elencar estratégias prioritárias para fortalecer as ações no incentivo da autonomia, de forma a expor as iniquidades de gênero, raça e a legalização da habilidade ancestral na cultura alimentar toda a retórica do Desenvolvimento é abalada. Por nossos acúmulos pessoais, as convergências e compartilhamentos devem gerar debates, disparar vivências compartilhadas para que se transformem em políticas públicas (ou nos encaminhamentos para provocá-las). Os debates devem ter urgência, mas não pressa, para contemplar mecanismos que garantam contínuo acompanhamento e capacidade analítica nas implicações de acordos nas execuções das políticas públicas: o racismo é hábil em se renovar com discursos meritocráticos, por exemplo. As estatísticas devem ter variáveis que considerem todos os segmentos da população negra: não podem sumir em amostragens viciadas e direcionadas. Na formação dos profissionais que se encarregarão desses pareceres, é importante que sejam compartilhadas as responsabilidades. Uma conquista dessa ocupação é a pressão que ocasionaram as políticas de ação afirmativa no Brasil, que incluem a reforma de diretrizes curriculares da Educação Básica (Lei 10.639/03) e de cursos de graduação.

No caso das ciências, especificamente no curso de graduação em Nutrição e de Engenharias de Alimentos, é necessária a recomendação sobre o privilégio das especificidades dos corpos da população negra, como a prevalência da anemia falciforme e a publicização das ações e deliberações que são específicas da população negra. Incluem ainda:

- A garantia do debate sobre as questões de Segurança Alimentar e Nutricional da população negra nas instâncias da saúde;
- Formas de pressionar para que a efetividade da política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional seja garantida com o recorte étnico-racial;
- Formas de pressionar para eleger o Racismo Institucional como foco prioritário de enfrentamento;





- Formas que ressaltem que a valorização dos saberes tradicionais e a posse da terra são condições fundamentais para a Segurança Alimentar e Nutricional das mulheres negras que vivem nas comunidades quilombolas.

Partindo dessa necessidade de um aparato que demarque o já conquistado e possibilite novos rumos, é um consenso em organizações sociais que a alimentação como um direito constitucional deve estar associado aos âmbitos que orbitam o artigo 6º (Direito Humano à Alimentação Adequada), como:

- Garantia da titulação da terra e territorialidade;
  - A realização da titulação das terras quilombolas e dos povos tradicionais e de matriz africana;
  - O recenseamento de comunidades quilombolas pelo IBGE;
  - A regularização fundiária das comunidades quilombolas;
  - A garantia dos direitos de terras e territórios dos Povos Tradicionais de Matriz Africana;
  - A criação de uma instância de participação e controle social para certificação de Comunidades Quilombolas e Comunidades negras Rurais;
  - A priorização das organizações de mulheres negras rurais e urbanas no recebimento de recursos financeiros públicos para empreendimentos de inclusão produtiva e geração de trabalho e renda;
  - A formação continuada e permanente de organizações de mulheres negras urbanas e rurais para acessar as políticas públicas de fortalecimento econômico, na elaboração de projetos;
- A promoção de publicidade e propaganda nos meios de comunicação sobre alimentação adequada e hábitos alimentares saudáveis (Guia Alimentar da População Brasileira);
- A visibilização da articulação existente entre organismos que reafirmem a garantia do direito humano à alimentação adequada como um instrumento de emancipação e promoção de cidadania para a dignidade humana;



- A construção de uma política pública que garanta todo o processo de abastecimento, agrícola e não agrícola, para as organizações da agricultura familiar e dos empreendimentos solidários, com ênfase naqueles que são formadas por mulheres negras.

Parte dessa trajetória de convergências pode ser exemplificada numa representativa associação entre África e Brasil, reaproximados pelo enfrentamento do mesmo motivo das distâncias que a diáspora desenvolveu. Na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) há afinidades com o perfil de trabalho das mulheres brasileiras. Lá, as mulheres concentram a maioria do trabalho agrícola, e possuem o acúmulo ao longo de gerações os conhecimentos de conexão e interpretação dos ritmos da terra. O percentual de mulheres que dependem da agricultura, pesca, caça ou florestas é superior a 90%, como em Moçambique. Pensar sua soberania, direitos de acesso à terra e produção de alimentos é igualmente uma preocupação (CONSAN-CPLP, 2015).

Conversamos com a parceira do MuGeDe - Mulher, Género e Desenvolvimento, uma organização Moçambicana que atua na intersecção entre género, soberania e segurança alimentar. A MuGeDe trabalha principalmente com as mulheres de áreas urbanas e rurais para realizar as atividades necessárias à sua emancipação social. Quem nos cedeu estas ideias solidariamente foi Saquina Mucavele, que explica, como transcrevemos, que, apesar da presença maciça das mulheres nos trabalhos,

A maioria das terras é sempre em nome dos homens, mas o cenário tende a mudar, porque com as capacitações, disseminação das leis e o activo envolvimento das mulheres rurais em várias actividades, já começam a perceber sobre como é que as coisas funcionam, a perceber que afinal têm direitos e não só deveres, e pouco a pouco começam a preocupar-se com a legalização das terras em seu nome, perceber que devem se precaver pois se calha perderem o marido, podem ficar sem nenhum bem, seja ela a terra ou outros materiais. Por isso, as mulheres já estão preocupadas em conhecer as leis que lhes protegem e pouco a pouco procurar exercê-las. É um processo, mas já há uma certa melhoria, comparativamente a alguns anos passados, graças ao activismo delas e também de várias associações que trabalham em prol dos direitos das mulheres.

A ladinidade da ação precavida, pragmática com a estrutura social e atenta às descobertas das próprias mulheres, aliada a um ativismo cada vez melhor organizado, tem possibilitado avanços e ocupação a partir dos discursos da sustentabilidade, dos fóruns internacionais e seus consensos. Apesar de reconhecimento da limitação dessas ferramentas,



é ainda mais urgente que sejam tomadas como uma possibilidade de continuar a histórica luta. Mucavele analisa com sabedoria essa aproximação, o que espera:

Este é um grande dilema e também grande desafio, pois a nossa luta é de que as mulheres rurais agricultoras tenham infraestruturas para poder trabalhar a terra, água para irrigação, celeiros melhorados para conservar a sua produção, agroprocessamento também para conservar e agregar valor aos produtos. No caso de querer vender mais, a mulher rural agricultora ainda não tem suficiente apoio na agricultura que possa garantir a sua sustentabilidade, como alternativa de sobrevivência. Nas organizações da sociedade civil, temos ajudado as mulheres a recorrer a diversos projectos de geração de renda, projectos de adaptação, mas todos visando não só desenvolver o seu talento, a sua vocação e autoestima, mas também a sua sustentabilidade, em casos de dificuldades na agricultura, uma vez a irregularidade das chuvas e o fraco apoio nesta área.

A crise ambiental global e a premência da sobrevivência também exigem adaptações, que se mantêm com esse perfil porque o sentido de convivência é mais profundo que a demanda imediata. Seria insensível, aliás, ignorá-las. Os cultivares, por exemplo,

São várias, dependendo também das zonas ou regiões. Por exemplo, temos mais milho, feijão nhemba, feijão, mandioca, batata doce, feijão jugo, arroz, pecuária de gado bovino, caprino, frangos, vegetais, etc e no norte, produzem também milho, variedade de feijões, arroz, mapira, gergelim, maxoeira, mandioca, batata doce, Inhame, dependendo das zonas. Daí que em soberania alimentar sempre nos referimos a necessidade de respeito à diversidade cultural alimentar, porque cada região tem os seus hábitos alimentares. Muitas mulheres tendem a criar frangos porque é de rápido crescimento, permite tirar muitas mulheres da pobreza, porque dentro de 45 dias pode começar a comercializar, para resolver problemas pontuais. A ambição das mulheres está a crescer, elas procuram sempre fazer algo, para além da agricultura, porque com a globalização, retirada de terras pelos investidores, algumas famílias e em particular as mulheres ficaram sem terra, por isso, procuram alternativas de sobrevivência. (...) Bom, as dificuldades são imensas, se calhar o melhor é dizer que as mulheres têm dificuldades em toda a cadeia de valor, que envolve a preparação da terra, produção de sementes, sementeiras, colheita de produtos e conservação: celeiros, agroprocessamento e comercialização. Muitas mulheres têm acesso à terra para trabalhar, mas são ainda muitas que não têm ainda a garantia da terra. É verdade que melhorou comparando com os anos passados, mas os problemas ainda persistem porque são muitos factores que influenciam.

E para as mulheres que pensam a terra, os corpos somatizam dores. O sistema de provocação inscrito na colonialidade de gênero é agravado pela omissão do sistema público, que regula moralmente os direitos reprodutivos, mas se esquivam de reconhecer os ônus dessa condição, que

não é boa porque, por exemplo, no nosso país, o índice da desnutrição ainda é de 43%. Os maiores afectados são as mulheres rurais agricultoras e suas crianças. As



mulheres grávidas passam maior tempo sem se alimentar e isso acaba afectando os seus bebês. As barreiras socio-culturais e falta de escolaridade nas mulheres rurais agricultoras têm criado um grande entrave para (...) sua saúde, porque as raparigas são obrigadas a casarem-se sem estar preparadas para a vida sexual e para ter bebê, para além de que ainda não tiverem tempo suficiente de se preparar como mulheres e como seres humanos, para enfrentar a vida. Daí o surgimento de muitos problemas de diversas índoles.

O efeito cascata dessa constatação está no cerne das ações que se articulam, interna e internacionalmente. Há um esforço solidário, a disposição coletiva em colaborar com problemas análogos e até mais agravados. Uma consciência de que a ideia de agroecologia é um extrativismo ontológico e cognitivo, a apropriação de uma forma de viver e interpretar o mundo, e precisa ser recuperada. Porque

muitos não sabem ainda interpretar que o que estão a desenvolver é agroecologia. Algumas organizações da sociedade civil estão empenhadas em ajudar mulheres agricultoras e os pequenos camponeses no geral a enveredar pela agroecologia. É um processo, mas o importante é que se continue a ensinar as mulheres sobre as vantagens da agroecologia.(...) Mas os desafios estão ainda em todos os sectores envolvidos na SAN. Perceber que todos têm um papel importante na reversão dos índices de desnutrição crônica em Moçambique, mas primeiro perceber que todos têm que trabalhar para acesso, disponibilidade e também para a protecção social, porque ainda temos muitas pessoas agricultoras, que não têm tido o pão de cada dia.

Lélia Gonzáles é uma guia presente, um ponto de internalidades aos dias de caminhada, do Cerrado à Savana e reza que “nossa história, como, mulheres negras é feita de resistência e de lutas onde somos protagonistas graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral” (GONZALES, 1984). Ao seu legado, manifestamos, porque todo espaço é um lugar de luta. E toda luta justa é convergente.

Nós Mulheres Negras marcadas pela luta contra o colonialismo, a travessia forçada do Atlântico e o Racismo agravados pelas desigualdades queremos o Bem Viver levando nossas histórias de vida em busca de um mundo mais justo, igualitário, em fim, um mundo melhor representado pela materialização conjunta ao enfrentamento de imensos e muitos desafios colocados na nossa trajetória. Desafios conhecidos outros novos. Os muitos desafios criados na mesma medida que avançamos, não têm sido suficientes para impedir nossa luta e nossa mobilização. Preparamos-nos acreditando que para além das reivindicações históricas, o fundamental é ter ao nosso alcance e em nosso poder ferramentas para o debate e proposição de ações concretas, eficazes e eficientes para a implementação de políticas de justiça para mulheres negras. E de buscar espaço para uma sociedade plural, pois possuímos diversidades que são extremamente importantes. Diversidades estas que se revelam em muitas áreas do conhecimento e são representadas por mulheres negras do campo, da cidade, das florestas e das águas



que preservam a cultura, a brasilidade e reconhecem a ancestralidade africana o nosso legado ancestral<sup>51</sup>.

## Referências

- ALVARADO, M. Epistemologías feministas latinoamericanas: un cruce en el camino junto-a-otras pero no-junta-a-todas. **Religación**, v. 1, n. 3, p. 9–32, 2016.
- BARBOSA, D. A contradição discursiva no processo de universalização do sujeito de direitos humanos. **Entretextos**, v. 13, n. 2, p. 415–430, 2013.
- BRANDÃO, L. DE L. As Humanidades em face das Ciências; as Poéticas em face dos Métodos: provocações e desafios. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 31, p. 321–340, 2016.
- CONSAN-CPLP, C. DE S. ALIMENTAR E N. DA C. DOS P. DE L. P. Direitos das mulheres rurais na CPLP. **Newsletter Temática**, nov. 2015.
- ESCHENHAGEN, M. L. El fracaso del desarrollo sostenible: la necesidad de buscar alternativas al desarrollo, algunas entradas. In: SERNA, A. G. et al. (Eds.). **Espaço, políticas públicas e território: reflexões a partir da América do Sul**. Recife: UFPE, 2015. p. 72–102.
- ESCOBAR, A. Epistemologías de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. Variedades de realismo y constructivismo. **Cultura y Naturaleza: Aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia**, n. 1995, p. 49–71, 2010.
- GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223–243, 1984.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93 (jan./jun.), p. 68–82, 1988.
- HUARACHI, Y. Cosmovivencia Andina. Vivir y convivir en armonía integral – Suma Qamaña. **Revista de Estudios Bolivianos**, v. 18, n. 1, p. 1–22, 2011.

---

<sup>51</sup> Carta do Encontro Temático “A atuação das Mulheres na construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” realizado nos dias 08 a 09 de julho de 2015 em Porto Alegre – RS, como parte do processo preparatório da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.



LEMOS, Rosália, A face Negra do Feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. **O Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas Editora/Criola/ Global Exchange, 2000.

LEÓN, M. Después del “desarrollo”: “el buen vivir” y las perspectivas feministas para otro modelo en América Latina. **Umbrales. Revista del Postgrado Multidisciplinario en Ciencias del Desarrollo**, v. 35, p. 35–44, 2008.

LOJO, M. R.; MIRANDE, M. E.; PALERMO, Z. De la des(de)colonialidad del género: lugar social del decir. In: BIDASECA, K. (Ed.). **Genealogias críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Ch'ixinakax utxiwa**: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SEGATO, R. L. **Antropologia E Direitos Humanos: Alteridade E Ética No Movimento De Expansão Dos Direitos Universais**. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 207–236, 2006.

SEGATO, R. L. et al. **Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2016.

SILIPRANDI, E. Soberanía Alimentaria y Ecofeminismo. In Cuéllar, M., Calle, A. and Gallar, D. (ed.) **Procesos hacia la soberanía alimentaria**. Perspectivas y prácticas desde la agroecología política. Icaria: Barcelona, 2013.

SILVA CARVALHO, E. S.; RAMOS JÚNIOR, D. V. Do desenvolvimento sustentável ao envolvimento integrado . Ecopedagogias como opções decoloniais. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 73, p. 35–60, 2017.

WALSH, C.; SCHIWY, F.; CASTRO-GÓMEZ, S. **Indisciplinar las ciencias sociales**. Quito: Abya Ayala, 2002.